

CRISE FINANCEIRA OU CRISE DE FINANCIAMENTO?

A Reitoria alardeia que há uma crise financeira na USP, recorrendo ao bordão da "responsabilidade orçamentária". Na verdade, **a crise é de financiamento**, já que o governo do Estado não cumpre sua obrigação de assegurar recursos públicos adequados para as universidades estaduais paulistas - USP, Unesp e Unicamp.

O repasse anual de 9,57% da Quota-Parte do Estado do ICMS para as universidades (que é o mesmo desde 1995) tornou-se insuficiente face à grande expansão de cursos e matrículas, realizada conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado (LDO - "Programa de expansão do ensino superior público"). Só na USP, de 1995 a 2015, o número de estudantes na graduação foi ampliado em 76% e o número dos cursos foi acrescido em 111%!

A Reitoria vem alegando, insistentemente, que a folha de pagamento dos servidores ultrapassa 100% do que lhe é destinado à USP pelo Tesouro do Estado, contudo, omite que parte significativa dessa folha corresponde, indevidamente, a aposentados e pensionistas.

Propostas da Reitoria	Propostas da ADUSP
1. Redução de gastos com a folha de pagamento, congelamento de salários e contratações, demissão de servidores com e sem estabilidade (cf. Art. 169 da Constituição Federal), como prevê o documento "Parâmetros de Sustentabilidade econômico-financeira da USP";	1. Intervenções junto à Assembleia Legislativa (Alesp) e ao governo para assegurar o repasse adequado de recursos, sem os descontos indevidos praticados atualmente;
2. Redução de custos, via PIDVs realizados sem a avaliação de impactos, fechamento de creches e sucateamento de hospitais universitários (HU e HRAC), consideradas atividades-meio e, portanto, gastos desnecessários;	2. Ampliação do repasse do ICMS para 11,2% (reivindicação que data da década de 1990), face à expansão de vagas e campi (EACH, Faenquil etc.); manutenção de creches, HU e HRAC, espaços essenciais de ensino, pesquisa e extensão. Com o combate à sonegação e uma reforma fiscal justa é possível garantir os recursos necessários;
3. Aprovação da "nova CPA" e do "Estatuto do Docente", promovendo o controle centralizado de todas as atividades, mudança de regime de trabalho e, inclusive, exoneração por "desempenho insuficiente";	3. Carreira organizada por meio de processos avaliativos transparentes, democráticos e sempre mediante concursos públicos de provas e títulos;
4. Definição da gestão orçamentária sem discussão prévia, inclusive desconsiderando os colegiados da USP; falta de transparência nas relações entre a USP e o setor privado;	4. Abertura de todas as contas da USP, com transparência e controle social, e condução democrática na avaliação dos gastos prioritários;
5. Cortes no fomento à permanência estudantil, com diminuição do número de bolsas, não reajustadas há anos, e vagas insuficientes de moradia estudantil;	5. Políticas de permanência estudantil, com condições adequadas (bolsas, moradia, alimentação etc.) às reais necessidades dos estudantes;
6. Terceirização e redução do número de funcionários (inclusive de terceirizados), levando a condições de trabalho cada vez mais precarizadas.	6. Fim da terceirização e garantia de condições dignas de trabalho, com contratação de funcionários técnico-administrativos por concursos públicos.

Qual é o projeto de universidade da Reitoria?

A universidade é uma instituição que precisa se autosustentar. Em nome de uma "gestão eficiente", pautada no que define como "austeridade" e "responsabilidade", a Reitoria impõe cortes em infraestrutura, salários e pessoal, comprometendo a vida universitária.

A expansão sem a contrapartida do Estado desmonta e sucateia a universidade, como já ocorreu com a Educação Básica. Assim, pretende-se justificar a atuação de consultorias com projetos obscuros, sob o pressuposto de que a "salvação" só poderá advir da contribuição da iniciativa privada.

De acordo com essa concepção, a educação é vista como um serviço e não como direito de todos. As elites que dominam a estrutura de poder na USP desqualificam o contraditório e menosprezam instâncias acadêmicas, inclusive direções de unidades e a própria administração central.

Qual é o projeto de universidade que a Adusp defende?

A universidade é um patrimônio público e constitui um direito de toda a população. Como tal, deve ser administrada pelo Poder Público como um espaço de diálogo efetivo com a sociedade, em que conhecimentos e conquistas não subtraíam o espaço reservado à reflexão, à cultura e à ciência.

Sob essa perspectiva, a USP precisa valorizar o trabalho dos servidores, acolher os estudantes com políticas adequadas de permanência estudantil e assegurar a qualidade do atendimento à comunidade em geral.

Em lugar de buscar delegar ou compartilhar responsabilidades com a iniciativa privada, submetendo estudantes e servidores a uma lógica orientada pela produtividade e pelo lucro, defende-se a universidade como espaço amplo de democracia e produção de conhecimento para a sociedade.

A educação superior pública deve ser uma obrigação fundamental do Estado. É por isso que temos lutado pelos investimentos que construíram patrimônios públicos como a USP.

É preciso garantir o legado da universidade pública, gratuita e de qualidade para as gerações futuras. Isso é fundamental para a consolidação da democracia no Brasil!

Ato do Fórum das Seis contra a "PEC do Fim da USP"

7 de março, terça-feira, 12h, em frente ao Co da USP

(Dia da reunião do Co para deliberar sobre proposta do reitor Zago que prevê exoneração de servidores vinculada a teto da folha salarial)